

WWW.DIARIOINSULAR.COM

251 # 27.01.2008

Jornal Diário (Ano LXI) Nº 18966 0,55€  
Fundado em 1946 | Terceira | Açores

**di**

BETTENCOURT PICANÇO

# GRACIOSENSE NOS SINDICATOS



BETTENCOURT PICANÇO

# OS SINDICATOS E O PODER POLÍTICO

NATURAL DA ILHA GRACIOSA, LEODOLFO BETTENCOURT PICANÇO É UMA DAS MAIS DESTACADAS FIGURAS DO SINDICALISMO PORTUGUÊS. O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO (STE) ASSEGURA QUE OS FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TÊM RAZÕES PARA TEMER AS CONSEQUÊNCIAS DAS POLÍTICAS ASSUMIDAS PELOS GOVERNOS NOS ÚLTIMOS ANOS. »

**BETTENCOURT PICANÇO CONSIDERA QUE OS AÇORES PODEM SER O LOCAL IDEAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROJECTO INOVADOR, DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA, MAS COLOCA RESERVAS A ALGUMAS INICIATIVAS DO GOVERNO REGIONAL COMO SEJAM OS "QUADROS DE ILHA".**



**O sindicalismo está a atravessar uma fase em que se privilegia a concentração em super-estruturas. Essa situação não acaba por ser favorável ao poder político que poderá ter a tentação para controlar o movimento sindical?**

O sindicalismo é uma afirmação e uma resposta da sociedade civil. Uma afirmação da sua vitalidade e da capacidade de intervir diariamente na construção do futuro e uma resposta às condições sociais. É com ela que eu espero também que Portugal será capaz de ultrapassar a actual situação.

Mas, porque os problemas são, cada vez mais, glo-

bais, as organizações sindicais construíram também respostas a nível de país, a nível europeu e a nível mundial.

Só que as organizações são das pessoas e para as pessoas: as pessoas querem respostas no seu dia-a-dia e essas respostas não lhes são dadas pelas super-estruturas.

Quanto ao controlo do movimento sindical pelo poder político, essa é uma tentação recorrente. Mas não podemos esquecer que, a despeito de muita gente dizer, hoje, que o bom governo não é de direita nem

de esquerda, ainda não foi encontrado substituto para as ideias e, conseqüentemente, para as opções de cada um quanto ao que lhe parece que é melhor para o futuro.

**Tendo em conta que desempenha as funções de presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) há cerca de duas décadas como vê o actual momento do movimento sindical?**

O actual momento do movimento sindical é difícil. O

panhado pela fragilização das organizações sindicais, substituídas, a prazo, por movimentações sociais inorgânicas.

**ACORDAR AS PESSOAS**

**Apesar das greves realizadas o ano passado, o Governo continua insensível aos argumentos dos sindicatos. Quer isso dizer que os meios de luta dos trabalhadores estão a ficar esgotados?**

A nossa administração pública é a maior organização do país. O que vai acontecendo nela é quase sempre um prenúncio do que vai acontecer com as condições de trabalho de todos os trabalhadores.

É a precarização, a flexibilização, a redução das remunerações reais... Não tem sido possível ganhar estas "guerras" todas. Mas tem-se conseguido introduzir algumas alterações, corrigir alguns caminhos.

E, muito especial, tem-se acordado muitas pessoas para a necessidade de todos e cada um de nós usar a sua voz e dar vida à democracia todos os dias e não só de quatro em quatro anos.

**Tendo em conta as reformas em curso na administração pública considera que os funcionários do Estado têm cada vez mais razões para temerem pela manutenção dos seus postos de trabalho?**

O Governo pôs em marcha um processo destinado a ficar com o poder de mandar para casa os trabalhadores que escolher e, depois, contratar os que lhe apetecer, com a remuneração que quiser.

É um facto que o medo está aí. E quem tem medo tem razões para isso. O problema está na resposta que há que dar nessas situações. E isto porque a nossa administração não tem gente a mais. O que é que lhe falta então? Falta-lhe uma organização capaz e estável.

Mas falta-lhe, também, uma gestão atenta às pessoas e aos objectivos. E, já agora, transparente.

**O Governo decidiu alargar aos funcionários públicos o acesso ao subsídio de desemprego, mas em contrapartida exige mais um por cento do salário para descontos. É caso para dizer que estamos perante uma situação de dar com uma mão e tirar com a outra?**

Fazer com que os trabalhadores da administração pública com contratos administrativos de provimento e descontos para a Caixa Geral de Aposentações descontem mais um por cento para o subsídio de desemprego é um manifesto contra-censo.

Fazer com que estes trabalhadores descontem mais que os outros dá bem a ideia dos caminhos que estão a ser seguidos.

**Qual o futuro da administração pública se o Governo não recuar em algumas das medidas que está a colocar em prática ou pretende tomar em nome da redução de despesas?**

Eu penso que o que está em causa não é o futuro da administração pública.

A administração pública não é uma entidade mítica. São os docentes, os médicos, os enfermeiros, os pro-

Governo não considera o movimento sindical como movimento social, determinante para o desejado desenvolvimento social.

Grande parte do "mundo" empresarial português gostaria que não houvesse movimento sindical.

Os trabalhadores, cada vez mais só trabalhadores dos serviços, estão a ser atacados com a desregulação e a precarização das condições de trabalho.

Há uma conseqüente fragilização do movimento sindical.

O risco é o de o nosso empobrecimento ser acom-

fissionais da segurança social, dos impostos, da justiça, os militares, os polícias...

Quando o Governo diz que os trabalhadores da administração pública são muitos e promove o encerramento de maternidades, hospitais, centros de saúde, escolas e outros serviços públicos, quase todos no interior, traduzindo-se tudo em menos saúde, menos segurança social, menos apoios sociais...

Perguntamo-nos: Será esse o futuro? Espero que não.

### **TOLERÂNCIAS DE PONTO**

**As tolerâncias de ponto para os funcionários públicos concedidas em datas festivas como o Natal e Passagem de Ano estão a criar cada vez mais mal-estar junto dos trabalhadores do sector privado que não tem direito a esse privilégio. Como sindicalista como vê essa situação?**

As tolerâncias de ponto não são, do meu ponto de vista, problema para ninguém.

Nem as que o Governo pode dar por ocasião do Natal, ou Ano Novo, compreensíveis atentos os dias da semana em que aquelas datas recaíram... Nem as que qualquer outra entidade patronal, na Terceira, por exemplo, pode dar por ocasião de uma determinada festa com tradição arreigada ou, até tourada à corda...

**Os cidadãos continuam a ter uma visão crítica dos funcionários públicos por que muitas vezes os serviços do Estado não dão resposta às suas necessidades. É caso para dizer que quem está na linha da frente no contacto com os utentes acaba por ser o bode expiatório da ineficiência de determinados serviços?**

Ao nível dos serviços públicos a questão reside no facto de que aquilo que chega às pessoas depende de três níveis de intervenções.

O primeiro é o da definição das políticas públicas.

Isto é, qual vai ser ou é a extensão dos apoios na Saúde, na Educação, na Justiça, na Segurança e dos correspondentes encargos a assumir pelo país. E isto cabe em exclusivo ao poder político.

Se se assume fechar maternidades, centros de saúde, escolas ou tribunais... porque concentrando esses serviços os custos são menores, quem pode culpar os trabalhadores da administração pública?

Se se reduz o número de trabalhadores sem quantificar os necessários face às cargas de trabalho, porque há que reduzir o défice, quem pode culpar os trabalhadores pelo aumento dos tempos de espera?

O segundo nível de intervenção situa-se na direcção da administração pública.

Direcção que incumbe ao Governo que para o efeito nomeia livremente os dirigentes de topo.

A partir da altura em que se partidizou a função - esses dirigentes caem quando cai o Governo - tem-se assistido a uma efectiva redução das capacidades organizativas e de gestão da Administração.

A intervenção política diária na condução dos serviços públicos e não ao nível dos objectivos tem-se acentuado, empobrecendo a gestão efectiva dos meios, humanos e materiais.

Consequentemente, todos perdemos: utentes dos

serviços que não se apercebem das razões de muitos maus funcionamentos e trabalhadores, eles também utentes, que ainda por cima têm de dar a cara todos os dias.

O terceiro nível tem a ver com os trabalhadores.

E aqui somos confrontados com a ineficiência da gestão, com a precaridade crescente das relações laborais e a sequente rotação de pessoal em alguns serviços, a que se soma o facto de o investimento em formação ser paupérrimo.

Em vez de o Estado dar o exemplo à sociedade portuguesa aquilo a que temos assistido é à quase total omissão por parte da administração, quer nos diagnósticos preparatórios de planos de formação, quer na elaboração destes, em termos harmónicos e sustentados por orçamentos adequados.

É já visível na administração um gradual empobrecimento dos seus quadros - a isto acresce a sua saída. Considerando que a administração já foi um sector líderante no país, considero que isto é inquietante.

**Os sucessivos governos têm feito bandeira da modernização da administração pública. Essa é uma questão meramente aparente ou houve de facto progressos dignos de registo nessa área?**

É verdade que a crescente informatização dos serviços veio reflectir-se nas respostas às populações. E de modo altamente favorável.

É de facto mais rápido obter o bilhete de identidade, há um maior controlo sobre o pagamento dos impostos ...

Mas está por fazer o exame dos sobrecustos que isso tem tido e, muito em especial, tendo-se optado por em muitos desses processos se entregar toda a operação nas mãos de multinacionais, descapitalizando-se na quase totalidade os serviços públicos dos recursos humanos necessários ao acompanhamento e desenvolvimento das acções, as consequências poderão ser gravíssimas.

**Quais são os grandes desafios da administração pública portuguesa para os próximos anos?**

Os grandes desafios da administração pública portuguesa para os próximos anos passam pela operacionalização de mecanismos básicos de gestão, nomeadamente de recursos humanos.

Basta lembrar que ainda não existe uma base de dados que permita saber, em cada momento, quantos são e quais as características dos diversos grupos, quantos entraram, quantos saíram...

Outra área importante é a da formação, com a consequente necessidade de construção de planos de formação assentes nas efectivas necessidades.

Por último, a consideração dos serviços públicos como essenciais em todo o país, como esteios de cidadania e do desenvolvimento social, e não como organizações que se justificam unicamente face à rentabilidade ou aos custos, como vem acontecendo recentemente com diversos serviços que estão a ser encer-



rados potenciando a desertificação.

### **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL**

**Tendo em conta as especificidades dos Açores considera que existem condições para que a administração regional possa servir para testar medidas a implementar a nível nacional como aconteceu com os cartões de saúde e do cidadão?**

Os Açores como região autónoma distribuída por nove ilhas têm todas as condições para a implementação de um projecto, inovador, de administração aberta.

Este projecto permitiria o funcionamento de toda a Administração em suporte informático aberto. Com todos a terem acesso à transição dos processos que a todos interessam e cada um ao processo que só a ele respeita.

Em primeiro lugar uma administração em que o poder político está próximo dos serviços e dos administrados. O que é bom se a governação for democrática e participada. E pode ser mau caso o não seja, porque aí a tendência será para a partidização.

Em segundo lugar porque este projecto, de interesse nacional, pode potenciar a participação dos açorianos na vida das suas terras e no seu desenvolvimento.

Continuo a pensar que são as pessoas os motores das mudanças e que só com elas é possível construir o futuro a que temos direito.

**Como analisa as especificidades da administração pública regional, sobretudo no que se refere à legislação publicada recentemente sobre os quadros da ilha?**

Somos um país de dez milhões de habitantes, com duas regiões autónomas, bem delimitadas.

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) tem um Secretariado Regional nos Açores, com sede em Angra do Heroísmo, que tem estado bastante activo.

Recentemente promovemos uma reunião em Ponta Delgada e outra em Angra do Heroísmo a propósito da nova lei relativa à Avaliação do Desempenho.

A questão chave, na Região Autónoma dos Açores, com o respectivo Governo, tal como acontece com o Governo Central, é a do diálogo.

É ver a negociação das condições de trabalho que ocorreu este ano, em que a negociação foi de "faz de contas", tal como aconteceu com o Governo Regional dos Açores a propósito da criação dos Quadros de Ilha.

O STE enviou os seus contributos mas sempre esperou que uma tal matéria fosse objecto de negociação como manda a lei.

E temos fundadas preocupações com os quadros de ilha. E isto porque o que se fez foi transformar todas as figuras da mobilidade geral em mera afectação, possibilitando a libertação de efectivos com a consequente colocação de trabalhadores, a escolher, como excedentes.

E, se uma tal intenção tem, no Continente, os efeitos desastrosos que já se sentem, receio bem que nas nossas ilhas o efeito possa ser bem pior.

Mas, como vamos iniciar um Novo Ano, há que dizer que é sempre tempo de arrear caminho e projectar o futuro dos Açores com os Açorianos. ■